



# Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS



## PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 029/2025

O Projeto de Lei nº 029/2025, que **"DISPÕE SOBRE AS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DE RODEIOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE"**, de autoria do Vereador Roger Diêgo Evangelista, vem a esta Comissão para emissão de parecer sobre sua juridicidade, legalidade e constitucionalidade, em conformidade com o art. 89, inciso I, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno.

### RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre as normas para a realização de rodeios no âmbito do Município de Conselheiro Lafaiete, estabelecendo diretrizes quanto à autorização para apresentações com animais, vedação de práticas cruéis, atribuição de competências ao órgão ambiental municipal e regulamentação da matéria.

Parecer da Procuradoria do Legislativo às f. 11/23, concluindo que a propositura não se afigura revestida das condições de legalidade e constitucionalidade.

Em ato subsequente, fora submetido à esta Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer técnico quanto à sua regularidade jurídica, compatibilidade legislativa e adequação normativa, o que passa a realizar nos seguintes termos:

### FUNDAMENTAÇÃO

A proposta legislativa, sob análise estritamente técnica, não apresenta vício formal ou material que inviabilize sua tramitação, sob a ótica da legalidade. A Procuradoria Legislativa manifestou-se pela inconstitucionalidade da matéria, sob o argumento de ofensa ao art. 225, §1º, VII, da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público o dever de proteger a fauna, vedando práticas que submetam os animais a crueldade. Todavia, esse parecer técnico requer ponderações adicionais, com fundamento em hermenêutica constitucional, sistemática e jurisprudencial, especialmente após o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.728, em que o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a constitucionalidade da Emenda Constitucional n.º 96/2017, entendeu válida a norma que excepciona da vedação de crueldade as práticas desportivas que sejam manifestações culturais registradas, desde que não acarretem maus-tratos aos animais.

A Constituição da República, em seu art. 225, §1º, inciso VII, veda práticas que submetam os animais à crueldade. No entanto, o §7º do mesmo artigo estabelece importante exceção a

*Assessora*

*Alina*



# Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS



## PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 029/2025

essa vedação, ao dispor que “não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o §1º do art. 215 desta Constituição, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro”. Trata-se, pois, de compatibilização constitucional entre a proteção ambiental e o reconhecimento da cultura nacional, interpretação já consolidada pelo Supremo Tribunal Federal na mencionada ADI.

A prática de rodeios, no Brasil, foi reconhecida como manifestação da cultura nacional por meio da Lei Federal nº 13.364/2016, que confere à atividade o status de patrimônio cultural imaterial do país. O art. 2º da referida norma expressamente declara que “são reconhecidos como manifestações da cultura nacional a prática do rodeio, incluindo-se a montaria, o uso de laço, a prova do laço, a vaquejada e os respectivos treinamentos, bem como os eventos e competições decorrentes dessas práticas”. Portanto, há norma legal em vigor, com força de lei ordinária federal, que reconhece expressamente o rodeio como manifestação cultural nacional.

Importante salientar que o reconhecimento do rodeio como manifestação cultural pela Lei Federal nº 13.364/2016 não se refere à cultura local ou regional no sentido estrito, mas, sim, à cultura nacional em seu aspecto amplo, como expressão do patrimônio cultural brasileiro, de natureza imaterial, tal como definido no art. 216 da Constituição Federal. Assim, trata-se de manifestação cultural que transcende os limites territoriais dos entes federados e que, por ter sido reconhecida por norma federal com força cogente, prescinde de regulamentação ou confirmação em âmbito estadual ou municipal para produzir efeitos jurídicos.

Importa ainda considerar que, embora a Emenda Constitucional nº 71/2012, que acrescentou o §4º ao art. 216-A da Constituição Federal, tenha estabelecido que “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias”, referida disposição não limita ou condiciona a eficácia das normas federais que reconhecem manifestações culturais de caráter nacional, como é o caso do rodeio. A organização dos sistemas locais de cultura refere-se à estruturação administrativa e normativa de políticas culturais em âmbito estadual ou municipal, e não à necessidade de chancela adicional para que manifestações culturais reconhecidas pela União tenham validade em seus territórios.

Nesse sentido, tem-se como equivocado sustentar que a ausência de legislação estadual específica em Minas Gerais ou de norma municipal impediria a prática do rodeio no território local. Isso porque, o reconhecimento cultural realizado pela União, ente competente para legislar sobre cultura em âmbito nacional, goza de presunção de legitimidade e eficácia plena, conforme a hierarquia normativa do ordenamento jurídico brasileiro. A legislação federal prevalece sobre omissões legislativas dos demais entes federados e supre, de forma suficiente,

*Shadellma*  
*Opelia*





# Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete

ESTADO DE MINAS GERAIS



## PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 029/2025

a exigência constitucional do §7º do art. 225 da Constituição, ao declarar que tais práticas “não se consideram cruéis”.

Ainda que se cogitasse a necessidade de ato normativo estadual ou municipal para corroborar esse reconhecimento, a interpretação sistemática e principiológica do ordenamento jurídico indica que essa exigência não se impõe quando já há lei federal reconhecendo a manifestação como integrante do patrimônio cultural. Se se pretendesse defender a obrigatoriedade de lei municipal nesse sentido, deveria então se inverter o raciocínio: somente mediante legislação municipal específica que, de forma expressa, declare que o Município não reconhece o rodeio como manifestação de sua cultura local, e isso em confronto com a legislação federal, é que poderia se cogitar a vedação da prática em território municipal. Trata-se, aqui, da aplicação do princípio de que “quem pode o mais, pode o menos” — se o ente federal, no exercício legítimo de sua competência legislativa, reconhece a manifestação cultural como válida em âmbito nacional, o ente local não precisa reiterar esse reconhecimento para que seus efeitos sejam observados. A não ser que o ente local, expressamente, deseje excepcionar tal prática — o que não é o caso do Projeto de Lei em questão, que vai no sentido oposto.

Além disso, a cultura, enquanto fundamento material das normas jurídicas, serve como fonte de direito e princípio estruturante do ordenamento. O reconhecimento de uma prática como manifestação cultural não depende da sua formalização como “evento cultural” no plano administrativo. O reconhecimento cultural é jurídico, substancial e tem como base a sua relevância histórica, social e simbólica, já positivada no âmbito federal. Por essa razão, não se exige qualquer chancela municipal para que tal prática seja considerada legítima, pois a cultura, como vetor lógico e inerente ao direito, antecede e fundamenta a própria criação normativa, dispensando regulamentação para sua validade.

No que tange, todavia, à interferência na estrutura administrativa do Poder Executivo, especialmente quanto à criação de atribuições para órgãos e agentes públicos, bem como à instituição de fundo específico, destaca-se que tais medidas somente podem ser adotadas por iniciativa do Chefe do Poder Executivo, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes, pelo que inviável a aprovação do Projeto de Lei da forma que se encontra.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação e Justiça decide baixar o presente parecer em diligência, nos termos do art. 85, §3º do Regimento Interno, para seu Proponente, para que, querendo, tome as medidas necessárias à adequação do texto legislativo a fim de atender as normas constitucionais e regimentais pertinentes.

*Conselheiro de*  
*Delia*



**Câmara Municipal de Conselheiro  
Lafaiete**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI  
Nº 029/2025**

Com a resposta da diligência, esta Comissão reapreciará o projeto com vistas à emissão de parecer definitivo.

SALA DAS COMISSÕES, 24 DE ABRIL DE 2025.

  
VEREADORA SIMONE DO CARMO SILVA

  
VEREADORA MARIA DA CONCEIÇÃO APARECIDA TOLEDO SOARES DE  
ALMEIDA

VEREADOR ARLINDO REZENDE FONSECA